



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Para o exercício encerrado em 31/12/2020

*Contas aprovadas em reunião do Egrégio Conselho Pleno da Seccional do
Paraná em 18/06/2021*



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ - CNPJ 77.538.510/0001-41

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2020*Valores em reais*

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ATIVO	155.822.386,92	135.547.727,94
CIRCULANTE	37.160.035,86	20.542.110,42
DISPONÍVEL	15.062.471,57	4.583.416,25
CAIXA	36.168,86	40.403,51
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.381.704,44	562.567,21
BANCOS CONTA ARRECADADO	84.890,27	4.356,61
BANCOS CONTA POUPANÇA	21.707,35	11.376,94
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	13.538.000,65	3.964.711,98
CRÉDITOS	22.034.713,55	15.895.272,09
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EXERCÍCIO	15.844.299,53	10.539.741,09
NEGOCIAÇÕES A RECEBER	4.099.285,24	3.998.365,96
MULTAS SOBRE INFRAÇÕES DO EXERCÍCIO	275.527,12	656.231,40
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	992.916,95	666.780,79
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	822.684,71	34.152,85
DESPESAS ANTECIPADAS	62.850,74	63.422,08
DESPESAS ANTECIPADAS DIVERSAS	62.850,74	63.422,08
NÃO CIRCULANTE	118.662.351,06	115.005.617,52
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.603.521,71	8.347.422,00
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.012.068,39	11.694.206,53
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(3.339.422,25)	(6.277.636,91)
NEGOCIAÇÕES A RECEBER	1.149.107,50	2.218.579,66
EXECUÇÕES A RECEBER	2.554.622,73	-
CRÉDITOS DIVERSOS	43.872,34	45.666,34
MULTAS SOBRE INFRAÇÕES EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.181.653,00	666.606,38
COOPERATIVAS	1.620,00	-
IMOBILIZADO	103.058.829,35	106.658.195,52
BENS MÓVEIS	17.925.127,06	17.347.049,97
BENS IMÓVEIS	105.891.324,01	107.995.466,81
(-) DEPRECIAÇÃO BENS MÓVEIS	(9.980.347,51)	(8.986.086,63)
(-) DEPRECIAÇÃO BENS IMÓVEIS	(10.777.274,21)	(9.698.234,63)
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	155.822.386,92	135.547.727,94
CIRCULANTE	25.761.168,34	21.401.233,76
OBRIGAÇÕES A PAGAR	25.761.168,34	21.401.233,76
FORNECEDORES	288.108,58	941.926,89
PESSOAL A PAGAR	1.225.843,75	685.490,10
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	763.192,20	808.489,93
CONSIGNAÇÕES	133.599,76	68.501,63
OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS	2.281.802,55	2.772.921,95
CHEQUES A COMPENSAR	10.000,00	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	712.986,68	831.971,33
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EXERCÍCIO	15.925.995,46	10.633.710,07
NEGOCIAÇÕES A RECEBER	4.099.285,24	3.998.365,96
MULTAS SOBRE INFRAÇÕES DO EXERCÍCIO	275.527,12	656.231,40
RECEITAS ANTECIPADAS	44.827,00	3.624,50
NÃO CIRCULANTE	16.823.192,56	9.260.005,39
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	16.823.192,56	9.260.005,39
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.012.068,39	11.694.206,53
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(3.339.422,25)	(6.277.636,91)
NEGOCIAÇÕES A RECEBER	1.149.107,50	2.218.579,66
EXECUÇÕES A RECEBER	2.554.622,73	-
MULTAS SOBRE INFRAÇÕES EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.181.653,00	666.606,38
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	1.265.163,19	958.249,73
PATRIMÔNIO SOCIAL	113.238.026,02	104.886.488,79
RESULTADOS	113.238.026,02	104.886.488,79
SUPERAVIT / DEFICIT ACUMULADOS	53.980.395,48	48.832.988,50
SUPERAVIT/ DEFICIT DO EXERCÍCIO	9.947.684,75	5.147.406,98
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	49.309.945,79	50.906.093,31

CÁSSIO LISANDRO TELLES
PRESIDENTE OAB/PRROGERIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/0-0



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
CNPJ 77.538.510/0001-41
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12/2020
Em reais

	<u>01/01/2020 a</u> <u>31/12/2020</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>31/12/2019</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	67.809.102,68	68.455.678,29
RECEITAS	67.809.102,68	68.455.678,29
RECEITAS CORRENTES	65.109.212,95	65.012.662,30
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	44.539.650,68	43.174.944,39
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.025.303,84	10.500.795,41
RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES	106.734,35	470.260,72
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.513.461,15	2.949.048,44
RECEITAS DIVERSAS	6.924.062,93	7.917.613,34
TRANSFERÊNCIAS INTRACONSELHOS	2.369.006,00	2.965.806,38
TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS	2.369.006,00	2.965.806,38
RECEITAS DE CAPITAL	330.883,73	477.209,61
RECEITAS PATRIMONIAIS	330.883,73	477.209,61
RECEITA LÍQUIDA	67.809.102,68	68.455.678,29
RESULTADO BRUTO	67.809.102,68	68.455.678,29
DESPESAS OPERACIONAIS	58.304.406,03	63.752.679,53
DESPESAS	58.304.406,03	63.752.679,53
DESPESAS CORRENTES	58.304.406,03	63.752.679,53
DESPESAS DE CUSTEIO	58.304.406,03	63.752.679,53
PESSOAL	23.377.146,03	25.287.200,90
MATERIAL DE CONSUMO	1.165.097,55	1.671.758,85
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	525.639,79	761.467,58
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.558.070,24	14.132.675,35
DESPESAS COM DEPRECIACIONES	2.690.477,74	2.445.455,26
OUTRAS DESPESAS	2.210.616,09	419.789,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.777.358,59	19.034.332,33
RESULTADO OPERACIONAL	9.504.696,65	4.702.998,76
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	9.504.696,65	4.702.998,76

CÁSSIO LISANDRO TELLES
PRESIDENTE OAB/PR

ROGERIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/0-0



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2020
Método indireto - em reais

	<u>01/01/2020 a</u> <u>31/12/2020</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do período	9.504.696,65	4.702.998,76
Ajustes por:		
Lucro / prejuízo na venda de bens do imobilizado	(466.630,34)	(19.176,88)
Depreciações / amortizações	2.690.477,74	2.445.455,26
Provisão para contingência	306.913,46	286.062,06
Aumento / redução de anuidades a receber	(12.281.047,15)	(5.445.774,12)
Aumento / redução de adiantamentos diversos	(326.136,16)	312.017,21
Aumento / redução de créditos diversos a receber	(788.357,86)	(53.195,36)
Aumento / redução de despesas antecipadas	571,34	(22.324,16)
Aumento / redução de fornecedores a pagar	(653.818,31)	39.035,66
Aumento / redução de obrigações com pessoal a pagar	540.353,65	(22.631,09)
Aumento / redução de encargos sociais a pagar	(45.297,73)	27.211,63
Aumento / redução de outras contas a pagar	(43.886,52)	179.974,43
Aumento / redução de obrigações estatutárias a pagar	(491.119,40)	439.572,48
Aumento / redução de receitas a realizar	5.053.702,89	5.612.369,70
Aumento / redução de contribuições obrigatórias	7.256.273,71	(349.073,11)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	10.256.695,97	8.132.522,47
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Aquisição de investimentos / imobilizado	(1.795.888,10)	(7.444.688,59)
(+) Baixa do imobilizado / valor residual	12.246,09	25.454,16
(+) Venda de investimentos / imobilizado	2.604.650,00	32.000,00
(-) Realização de avaliação patrimonial	(598.648,64)	-
(=) Caixa líquido das atividades de investimento	222.359,35	(7.387.234,43)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização do capital	-	-
(+) Empréstimos bancários	-	-
(-) Amortização de empréstimos	-	-
(=) Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-
VARIAÇÃO TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	10.479.055,32	745.288,04
Saldo das disponibilidades no início do período	4.583.416,25	3.838.128,21
Saldo das disponibilidades no final do período	15.062.471,57	4.583.416,25
Variação das disponibilidades	10.479.055,32	745.288,04

CÁSSIO LISANDRO TELLES
Presidente OAB/PR

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/0-0



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/2020
Em reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superavit / deficit do exercício</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	41.278.698,92	51.350.501,53	7.554.289,58	100.183.490,03
Incorporação de Superavit ao patrimônio social	7.554.289,58		(7.554.289,58)	-
Ajustes de exercícios anteriores				-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial		(444.408,22)	444.408,22	-
Realização de avaliação patrimonial pela venda de imóvel				-
Superavit do exercício	-	-	4.702.998,76	4.702.998,76
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	48.832.988,50	50.906.093,31	5.147.406,98	104.886.488,79
Incorporação de Superavit ao patrimônio social	5.147.406,98		(5.147.406,98)	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial		(442.988,10)	442.988,10	-
Realização de avaliação patrimonial pela venda de imóvel		(1.153.159,42)		(1.153.159,42)
Superavit do exercício	-	-	9.504.696,65	9.504.696,65
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	53.980.395,48	49.309.945,79	9.947.684,75	113.238.026,02

CÁSSIO LISANDRO TELLES
Presidente OAB/PR

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/0-O



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2020
Em reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(=) RESULTADO LÍQUIDO	9.504.696,65	4.702.998,76
(+ / -) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
(+) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
(=) RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>9.504.696,65</u>	<u>4.702.998,76</u>

CÁSSIO LISANDRO TELLES
Presidente OAB/PR

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/0-0



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31/12/2020
Em reais

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RECEITAS	66.587.433,84	67.346.393,47
RECEITA DE ANUIDADES DO EXERCÍCIO	44.267.124,41	42.754.801,07
RECEITA DE ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.076.776,11	9.812.096,34
RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES	106.119,51	469.818,29
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.513.461,15	2.949.048,44
RECEITAS DIVERSAS	6.924.062,93	7.917.613,34
TRANSFERÊNCIAS INTRA-CONSELHOS	2.369.006,00	2.965.806,38
RECEITAS DE CAPITAL	330.883,73	477.209,61
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	11.915.367,78	15.897.860,33
MATERIAL DE CONSUMO	1.165.274,95	1.671.758,85
SERVIÇOS DE TERCEIROS	8.539.476,74	13.806.312,22
OUTRAS DESPESAS	683.648,98	381.511,98
CUSTO DE BENS BAIXADOS	1.526.967,11	38.277,28
VALOR ADICIONADO BRUTO	54.672.066,06	51.448.533,14
RETENÇÕES	2.690.477,74	2.445.455,26
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2.690.477,74	2.445.455,26
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	51.981.588,32	49.003.077,88
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.221.668,84	1.109.284,82
RECEITAS FINANCEIRAS (JUROS, MULTAS, CORREÇÃO MONETÁRIA)	1.221.668,84	1.109.284,82
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	53.203.257,16	50.112.362,70
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	53.203.257,16	50.112.362,70
PESSOAL E ENCARGOS	19.361.344,40	21.143.851,53
FGTS	1.115.416,31	1.193.901,42
INSS	2.768.896,32	2.817.788,41
PIS S/ FOLHA PAGAMENTO	131.489,00	131.659,54
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	85.945,92	107.856,22
JUROS E ALUGUÉIS	458.109,97	979.974,49
COTAS ESTATUTÁRIAS - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS	11.301.355,49	10.883.207,59
COTAS ESTATUTÁRIAS - CONSELHO FEDERAL	5.650.668,72	5.430.322,84
COTAS ESTATUTÁRIAS - F.I.D.A.	1.130.133,76	1.088.320,76
COTAS ESTATUTÁRIAS - FUNDO CULTURAL	1.695.200,62	1.632.481,14
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	9.504.696,65	4.702.998,76

CÁSSIO LISANDRO TELLES
Presidente OAB/PR

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/0-0



Curitiba, 17 de maio de 2021.

Ilmos. Srs.

AUDICONTROL Auditoria e Controle.

**Rua Marechal Deodoro, n.º 630 conjunto 1.303 – CCI – Centro
80.010-010 – Curitiba – Paraná**

Prezados Senhores:

Com referência ao exame procedido por V.Sa., nas demonstrações contábeis desta Entidade, encerradas na data de 31 de dezembro de 2020, com a finalidade de emitir seu parecer de auditoria sobre as mesmas, e atendendo sua solicitação expressa, de confirmar até onde é de nosso conhecimento, as declarações e informações já prestadas durante seus exames de auditoria.

Confirmamos, a seguir, sucintamente, tais declarações e informações, esclarecendo que deixaremos de mencionar itens não significativos e quantias não relevantes.

1. Concordamos que é de nossa responsabilidade a fiel representação, nas demonstrações contábeis examinadas por V.Sa., da situação patrimonial e financeira, e de resultado da ORDEM, assim como a demonstração dos fluxos de caixa, em conformidade com os princípios de contabilidade previstos em legislação societária e atendidos os preceitos legais aplicáveis.

2. Colocamos à sua disposição:

2.1. todos os livros e registros contábeis;

2.2. os livros de atas de assembléias e reuniões da diretoria.

3. Não houve durante o exercício:

3.1. Operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da ORDEM;

3.2. Irregularidades envolvendo a administração ou funcionários que desempenham papéis importantes no sistema de controle contábil interno.



4. Não temos planos, ou intenção, que possam afetar o valor contábil ou a classificação de ativos e passivos.

5. Confirmamos que, os seguintes itens foram devidamente registrados ou apresentados em nossas demonstrações contábeis:

5.1. Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações, mediante provisões adequadas, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelos princípios contábeis na legislação tributária;

5.2. Todas as obrigações e passivos conhecidos;

5.3. Classificação das contas ativos e passivos de acordo com suas naturezas e prazos;

6. Não temos conhecimento de:

6.1. Violações ou possíveis violações, de leis ou regulamentos, cujos efeitos devam ser considerados para revelação nas demonstrações contábeis examinadas, ou como base para registro de perda contingente;

6.2. Outros passivos relevantes, superávit ou déficit contingentes, cuja efetivação seja provável, e cujos valores possam ser razoavelmente estimados.

7. Não existem reclamações não formalizadas, ou ações que nossos advogados tenham considerado prováveis de serem iniciadas.

7.1 Confirmamos que os advogados que representam a ORDEM em ações judiciais são:

- Hélio Gomes Coelho Júnior;
- Fabio Artigas Grillo;
- Amanda Buseti Mori Santos.

8. Não houveram transações que não tenham sido devidamente lançadas nos registros contábeis, que serviram de base para as demonstrações contábeis.

9. A Entidade está de posse de documentos satisfatórios de propriedade de todos os seus bens, e não existem ônus ou penhor, ou outros impedimentos sobre tais bens.

10. Posteriormente à data do balanço, e até a esta data, não ocorreu nenhum evento que demandasse ajuste ou revelação nas demonstrações contábeis por V.Sa (s) auditadas.



As demonstrações financeiras submetidas à auditoria de V.Sas. podem ser identificadas pelas cifras.

	<u>Em reais</u>
Patrimônio líquido	113.238.026
Superávit do exercício	9.947.684
Ativo circulante	37.160.036
Ativo não circulante	118.662.351
Passivo circulante	25.761.168
Passivo não circulante	16.823.193

Estas contas estão de acordo com os livros oficiais da ORDEM e referem-se as demonstrações contábeis à serem transcritas no Livro Diário e para publicação ou divulgação ao Conselho Pleno da Seção do Paraná e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, diretores e terceiros.

Atenciosamente

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO PARANÁ
CNPJ 77.538.510/0001-41

HENRIQUE GAEDE
Diretor Tesoureiro

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033.583/O-PR



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO PARANÁ**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.**

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Aos Senhores Diretores e ao Conselho Pleno da
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ
Curitiba – Paraná

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Anuidades a receber.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, testamos e avaliamos a efetividade operacional dos controles internos mantidos e desenvolvidos pela ORDEM para suportar a adequação dos saldos a receber de anuidades. A Entidade, durante o exercício de 2020, envidou esforços para melhorar a confiabilidade e qualidade das informações demonstradas nos controles internos mantidos para os registros dos valores a receber das anuidades do exercício, de exercícios anteriores, a qual conseguiu adequar e melhorar diversos procedimentos operacionais de controle, mais ainda encontra-se em fase de melhorias, sendo que os saldos de anuidades deverão estar objetivamente representados nas demonstrações contábeis do próximo exercício.

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas n^{os} 3.d, 3.e, 6 e 7, às demonstrações contábeis que informam sobre os saldos de anuidades a receber de advogados.

Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto, pois os registros das Anuidades e Multas a receber se dá entre os grupos circulante e não circulante do ativo e do passivo, não tendo efeito direto no patrimônio social da Entidade.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em repostas a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de maio de 2021.

AUDICONTROL AUDITORIA E CONTROLE
CRC-PR – 004.269/O-6

RICARDO BERTUCCI
CONTADOR CRC-PR 045.801/O-4
CNAI 5.342

QUADRO I
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO.
Em reais

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
	Explicativa				Explicativa		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.502.763	607.327	Fornecedores	9	288.108	941.927
Aplicações financeiras	5	13.559.708	3.976.089	Anuidades e multas a apropriar	6	20.300.808	15.288.307
Anuidades e multas a receber	6	20.219.112	15.194.338	Obrigações sociais		989.796	470.445
Adiantamentos		992.917	666.781	Obrigações tributárias		166.875	155.522
Outros créditos		822.685	34.153	Obrigações estatutárias	10	2.281.803	2.772.922
Despesas antecipadas		62.851	63.422	Provisões trabalhistas	11	904.376	894.576
				Outras obrigações		829.402	877.534
		37.160.036	20.542.110			25.761.168	21.401.233
Não circulante				Não circulante			
Anuidades e multas a receber	7	15.558.030	8.301.756	Anuidades e multas a apropriar	7	15.558.030	8.301.756
Depósitos judiciais		43.872	45.666	Provisão para contingência	12	1.265.163	958.250
Investimentos		1.620	-			16.823.193	9.260.006
Imobilizado	8	103.058.829	106.658.196	Patrimônio líquido			
		118.662.351	115.005.618	Patrimônio social	13	53.980.396	48.832.989
				Ajustes de avaliação patrimonial	8	49.309.946	50.906.093
				Superávit do exercício	13	9.947.684	5.147.407
						113.238.026	104.886.489
TOTAL DO ATIVO		155.822.387	135.547.728	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		155.822.387	135.547.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO II
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.

Em reais

	Nota Explicativa	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas			
Anuidades do exercício		44.539.650	43.174.944
Anuidades de exercícios anteriores		11.025.304	10.500.796
Receitas sobre infrações		106.734	470.261
Taxas e emolumentos		2.513.461	2.949.048
Outras receitas	16	6.924.063	7.917.613
Transferências intraconselhos		2.369.006	2.965.806
Receitas sobre aplicações financeiras		<u>330.884</u>	<u>477.210</u>
Total das receitas		<u>67.809.102</u>	<u>68.455.678</u>
Despesas operacionais da ORDEM			
Pessoal		-23.377.146	-25.287.201
Material de consumo		-1.165.275	-1.671.759
Serviços de terceiros - pessoa física		-525.640	-761.468
Serviços de terceiros - pessoa jurídica		-8.557.893	-14.132.675
Despesas com depreciações		-2.690.478	-2.445.455
Outras despesas	17	<u>-2.210.616</u>	<u>-419.789</u>
Total das despesas operacionais da ORDEM		<u>-38.527.048</u>	<u>-44.718.347</u>
Contribuições estatutárias			
Conselho federal		-5.650.669	-5.430.323
Caixa de assistências dos advogados		-11.301.355	-10.883.207
Fundo cultural		-1.695.200	-1.632.481
FIDA		<u>-1.130.134</u>	<u>-1.088.321</u>
Total das contribuições estatutárias		<u>-19.777.358</u>	<u>-19.034.332</u>
Total geral das despesas		<u>-58.304.406</u>	<u>-63.752.679</u>
Superávit líquido do exercício		<u>9.504.696</u>	<u>4.702.999</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO III

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.

Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit líquido do exercício	9.504.696	4.702.999
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>9.504.696</u>	<u>4.702.999</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO IV
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Em reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajustes de avaliação Patrimonial</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	41.278.699	51.350.501	7.554.290	100.183.490
Incorporação do superávit ao patrimônio social	7.554.290	-	-7.554.290	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-444.408	444.408	-
Superávit líquido do exercício	-	-	<u>4.702.999</u>	<u>4.702.999</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	48.832.989	50.906.093	5.147.407	104.886.489
Incorporação do superávit ao patrimônio social	5.147.407	-	-5.147.407	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-442.988	442.988	-
Realização de avaliação patrimonial pela venda de imóvel	-	-1.153.159	-	-1.153.159
Superávit líquido do exercício	-	-	<u>9.504.696</u>	<u>9.504.696</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>53.980.396</u>	<u>49.309.946</u>	<u>9.947.684</u>	<u>113.238.026</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO V
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.

Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	9.504.696	4.702.999
Ajustes por:		
Depreciação	2.690.478	2.445.455
Lucro na venda de bens do imobilizado	-1.065.278	-19.177
Provisão para contingência	306.913	286.062
	<u>11.436.809</u>	<u>7.415.339</u>
<u>Variações nos ativos e passivos:</u>		
Aumento em anuidades a receber	-12.281.048	-5.445.774
Aumento/redução em demais contas a receber	-1.112.303	236.498
Redução/aumento em fornecedores	-653.819	39.036
Aumento/redução em obrigações sociais e tributárias	540.504	-8.465
Redução/aumento em obrigações estatutárias	-491.119	439.573
Aumento em demais contas a pagar	12.220.643	5.456.315
	<u>-1.777.142</u>	<u>717.183</u>
<u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u>	<u>9.659.667</u>	<u>8.132.522</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do imobilizado	-1.795.888	-7.444.689
Aquisições de investimentos	-1.620	-
Baixa do imobilizado – Valor residual	12.246	25.454
Recebimento pela venda de bens do imobilizado	2.604.650	32.000
<u>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</u>	<u>819.388</u>	<u>-7.387.235</u>
<u>Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa</u>	<u>10.479.055</u>	<u>745.287</u>
Caixa e equivalente a caixa no início do período	4.583.416	3.838.129
Caixa e equivalente a caixa no final do período	<u>15.062.471</u>	<u>4.583.416</u>
	<u>10.479.055</u>	<u>745.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB**, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ** foi instalada em 15 de fevereiro de 1932.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores. Pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC aplicáveis a Entidades sem Fins Lucrativos, “ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros”.

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Base para preparação.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

b) Caixa e equivalentes de caixa.

São recursos mantidos em espécie na tesouraria e pelos saldos livres de movimentação dos depósitos bancários a vista. Os saldos bancários são mantidos em instituições financeiras pelo país, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

c) Aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do presente balanço, e são imunes da retenção do Imposto de Renda nos termos da legislação federal vigente.

d) Anuidades e multas a receber.

As anuidades a receber estão registradas pelos seus valores fixados em cada exercício social.

A ORDEM tem como procedimento registrar no ativo e passivo circulante e não circulante os valores a receber de anuidades dos advogados, sendo que no circulante são registrados os valores a receber e negociados no período corrente, e no não circulante são contabilizados os montantes a receber dos últimos cinco exercícios sociais, e de períodos anteriores a estes, desde que, tenham ações judiciais em andamento para a cobrança. Somente com o efetivo recebimento das anuidades os valores são baixados das contas ativas e passivas e registrados no resultado do exercício como receita.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos de anuidades, e é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber de anuidades.

f) Imobilizado.

Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, que está calculada considerando o tempo de vida útil do bem.

g) Fornecedores.

Saldos a pagar de títulos cujos vencimentos ocorrem após o encerramento do balanço patrimonial em 31 de dezembro, e são decorrentes das compras de materiais de uso e consumo e demais mercadorias e da contratação de prestadores de serviços diversos, na condição para pagamento a prazo.

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais ou documentos fiscais.

h) Provisões trabalhistas.

Está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada colaborador perante a ORDEM, acrescida dos respectivos encargos sociais.

i) Tributação

Nos termos da legislação tributária brasileira, a ORDEM, goza de imunidade do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre sua arrecadação e/ou superávit apurado. Entretanto, a Entidade é contribuinte obrigatória da contribuição ao Programa Integração Social – PIS incidente sobre folha de pagamento.

j) Passivos circulantes e não circulantes.

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores mensuráveis e conhecidos, e acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, com base em taxas normalmente usuais.

k) Obrigações estatutárias.

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre receitas brutas mensais de anuidades, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei n.º 8.906/1994 nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

l) Provisão para contingência.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade em conjunto com seus consultores jurídicos.

m) Apuração do superávit ou déficit do exercício.

O procedimento adotado pela ORDEM para a apuração do Superávit ou Déficit do exercício social, é o regime de caixa para reconhecimento das receitas de anuidades e o regime de competência para o reconhecimento das despesas e demais receitas, por entender ser o mais adequado em relação a apresentação das presentes demonstrações financeiras.

n) Demonstração dos fluxos de caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	36.169	40.403
Bancos conta movimento	1.381.704	562.567
Bancos conta arrecadação	<u>84.890</u>	<u>4.357</u>
Total	<u>1.502.763</u>	<u>607.327</u>

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.

<u>Instituições financeiras:</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Seccional</u>		
Caixa Econômica Federal – CDB	6.768.431	1.141.375
Caixa Econômica Federal – Fundo de investimentos	4.166.809	1.881.441
Banco do Brasil – Fundo de investimentos	1.613.480	54.243
Caixa Econômica Federal – Mútua	<u>35.247</u>	<u>34.304</u>
	12.583.967	3.111.363
<u>Subseções</u>		
Caixa Econômica Federal	879.233	749.782
Banco do Brasil	227	6.623
Sicredi	60.000	83.217
Contas poupança	<u>36.281</u>	<u>25.104</u>
	975.741	864.726
Total	<u>13.559.708</u>	<u>3.976.089</u>

6 ANUIDADES E MULTAS A RECEBER – CIRCULANTE.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Anuidades e multas do exercício	16.201.523	11.289.941
Negociações	<u>4.099.285</u>	<u>3.998.366</u>
	20.300.808	15.288.307
Depósitos não identificados	<u>-81.696</u>	<u>-93.969</u>
Total	<u>20.219.112</u>	<u>15.194.338</u>

7 ANUIDADES E MULTAS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Anuidades e multas de exercícios anteriores	15.193.721	12.360.813
Negociações	1.149.108	2.218.580
Execuções a receber	2.554.623	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>-3.339.422</u>	<u>-6.277.637</u>
Total	<u>15.558.030</u>	<u>8.301.756</u>

A ORDEM tem registrado no ativo não circulante e no passivo não circulante, os valores de anuidades a receber de advogados, correspondentes aos exercícios anteriores à 2020 e, vencidas até 31 de dezembro de 2019, e que ainda não foram renegociadas.

Por decisão da diretoria, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base na expectativa de não recebimento dos advogados.

A administração vem intensificando a gestão de recuperação da inadimplência através de ações de cobranças por notificações e ações judiciais. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

8 IMOBILIZADO.

			<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Custo +</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
	<u>valor justo</u>	<u>acumulada</u>		
Edificações	67.518.610	-10.421.255	57.097.355	49.544.395
Terrenos	36.989.130	-	36.989.130	39.259.130
Móveis e utensílios	7.213.941	-3.740.584	3.473.357	3.895.314
Instalações	928.715	-414.459	514.256	488.699
Maquinas e aparelhos	4.065.869	-2.185.337	1.880.532	2.036.535
Equipamentos de informática	4.582.729	-2.922.075	1.660.654	1.412.721
Veículos	787.235	-541.175	246.060	366.326
Outras imobilizações	1.120.884	-532.737	588.147	646.105
Construções e reformas da Seccional e das Subseções	<u>609.338</u>	<u>-</u>	<u>609.338</u>	<u>9.008.971</u>
Total	<u>123.816.451</u>	<u>-20.757.622</u>	<u>103.058.829</u>	<u>106.658.196</u>

Através levantamento realizado por empresa avaliadora em observância ao pronunciamento contábil do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis n.º 27 e o ICPC 10 e o NBC TG 1000, e estudos internos da entidade, chegou-se à conclusão que as taxas efetivas realizadas para os bens do ativo imobilizado, ficaram com os seguintes percentuais:

Grupo	Vida útil em anos	Percentual para Depreciação anual
Edificações	30 à 60	1,66% à 3,33%
Móveis e utensílios	10,00	10,00%
Máquinas e aparelhos	10,00	10,00%
Instalações	10,00	10,00%
Equipamentos de Informática	7,30	13,70%
Veículos	5,46	18,30%

9 FORNECEDORES.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Seccional	238.656	937.786
Subseções	<u>49.452</u>	<u>4.141</u>
Total	<u>288.108</u>	<u>941.927</u>

10 OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS.

<u>Cota estatutária:</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Conselho Federal	1.060.366	1.002.862
Caixa de Assistência dos Advogados	625.719	1.717.840
Fundo Cultural	527.632	-
FIDA	<u>68.086</u>	<u>52.220</u>
Total	<u>2.281.803</u>	<u>2.772.922</u>

11 PROVISÕES TRABALHISTAS.

<u>Provisões para:</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Férias	693.160	685.490
Encargos sobre férias	<u>211.216</u>	<u>209.086</u>
Total	<u>904.376</u>	<u>894.576</u>

12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, considerando as experiências anteriores referente às quantias reivindicadas nas ações em andamento, constituiu no exercício de 2020, provisão no montante total de R\$ 1.265.163 (R\$ 958.250, em 2019), consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas econômicas nas demandas judiciais em andamento.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Patrimônio social	53.980.396	48.832.989
Ajustes de avaliação patrimonial	49.309.946	50.906.093
Superávit do exercício	<u>9.947.684</u>	<u>5.147.407</u>
Total	<u>113.238.026</u>	<u>104.886.489</u>

O saldo de superávit do exercício, está composto do superávit líquido em 2020, no montante de R\$ 9.504.696 (em 2019, R\$ 4.702.999), além da reversão da depreciação pela realização

de ajustes de avaliação patrimonial dos bens que foram avaliados ao Valor Justo, sendo que no exercício de 2020, esse valor representou R\$ 442.988 (em 2019, R\$ 444.408).

14 COBERTURA DE SEGUROS.

A ORDEM possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando os riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

15 AÇÕES DE COBRANÇA DAS ANUIDADES E MULTAS EM ATRASO.

A ORDEM possui atualmente 3.562 (três mil e quinhentos e sessenta e dois) advogados com ações em andamento para a cobrança das anuidades e multas em atraso, compreendendo o período das cobranças entre os exercícios de 2008 à 2019.

16 OUTRAS RECEITAS.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Inscrição do exame da ORDEM	808.531	2.207.623
Seminários e cursos	597.212	925.039
Patrocínios para eventos	139.042	822.833
Eventos	51.053	786.318
Vendas de bens do imobilizado	2.604.650	32.000
Reembolso Caixa de Assistência	463.589	615.898
Juros recebidos de anuidades	759.713	591.144
Multas recebidas de anuidades	279.434	368.544
Venda de certificação digital	343.255	394.436
Outras receitas	<u>877.584</u>	<u>1.173.778</u>
Total	<u>6.924.063</u>	<u>7.917.613</u>

17 OUTRAS DESPESAS.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos de bens baixados	-1.526.967	-38.277
Compra de revenda leitor digital	-191.760	-206.110
Indenizações a terceiros	-325.378	-78.837
Compra revenda agendas	-135.408	-77.119
Outras despesas	<u>-31.103</u>	<u>-19.446</u>
Total	<u>-2.210.616</u>	<u>-419.789</u>

* * *